



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO - COVID-19

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PREGÃO Nº 009/2020

(Processo Administrativo n.º 23086.005621/2020-34)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais, insumos e equipamentos de proteção individual para utilização em ações de enfrentamento da pandemia de COVID-19, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	348807	ABAIXADOR LÍNGUA, MATERIAL: MADEIRA, TIPO: DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO: 14 CM, FORMATO: TIPO ESPÁTULA, LARGURA: 1,50 CM, ESPESSURA: 2 MM. PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	144	R\$ 3,67	R\$ 528,48
2	277319	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES, PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO A 3%, FRASCO COM 1000 ML	LITRO	2	R\$ 7,33	R\$ 14,66
3	279726	ALGODÃO HIDRÓFILO, ABSORVENTE, ASSÉPTICO, QUIMICAMENTE PURO, PACOTE COM 500 GRAMAS	PACOTE	11	R\$ 10,65	R\$ 117,15
4	445457	ÁLCOOL ETÍLICO, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA:C ₂ H ₅ OH, PESO MOLECULAR:46,07 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 99,9%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ABSOLUTO, REAGENTE P.A, REAGENTE PARA BIOLOGIA MOLECULAR. ACS ISO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 64-17-5. FRASCO CONTENDO 1000ML	FRASCO	10	R\$ 29,25	R\$ 292,50
5	269941	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO - 70% (70GL). EMBALAGEM COM OS DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. FRASCO COM 1000ML.	FRASCO	2525	R\$ 8,95	R\$ 22.598,75
6	445457	ÁLCOOL ETÍLICO, ABSOLUTO, COMERCIAL, 99% FRASCO DE 1000ML.	LITRO	20	R\$ 15,75	R\$ 315,00
7	390766	ÁLCOOL COMUM HIDRATADO, PARA LIMPEZA EM GERAL, ÁLCOOL ETÍLICO 92,8 GRAUS INPM 1000ML - USO GERAL	LITRO	5	R\$ 6,63	R\$ 33,15
8	269971	COMPRESSA DE GAZE ESTRELA 13 FIOS NÃO ESTÉRIL INDICADAS PARA ABSORÇÃO DE SANGUE E EXSUDATOS, LIMPEZA E COBERTURA DE CURATIVOS EM GERAL E ANTISSEPSE DA PELE E/OU MUCOSAS PARA PROCEDIMENTOS INVASIVOS. FIOS 100% ALGODÃO, ALVEJADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. TAMANHO 7,5X7,5CM. ACABAMENTO LATERAL EM TODA A SUA EXTENSÃO. 13 FIOS. PACOTE COM 500 UNIDADES.REFERÊNCIA: CREMER OU SIMILAR	PACOTE	6	R\$ 26,53	R\$ 159,18
9	225846	ETIQUETA INK JET + LASER - PAPEL CARTA 33,9 MM X 101,6 MM - CAIXA COM 100 FOLHAS COM 14 ETIQUETAS CADA - 1.400 ETIQUETAS POR CAIXA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PIMACO.	CAIXA	3	R\$ 23,77	R\$ 71,31
10	265505	ETIQUETA BRANCA INK JET + LASER - PAPEL CARTA 138,11 MM X 212,73 MM - CAIXA COM 25 FOLHAS COM 2 ETIQUETAS CADA - 50 ETIQUETAS POR CAIXA. COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PIMACO.	CAIXA	4	R\$ 24,28	R\$ 97,12
11	279201	FITA ADESIVA, MATERIAL:PLÁSTICO, TIPO:TZ-231, LARGURA:12 MM, COMPRIMENTO:8 M, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:ROTULADOR ELETRÔNICO MARCA BROTHER. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LAMINADA, IMPRESSÃO NA COR PRETA. ROLO COM 8 METROS.	ROLO	200	R\$ 51,92	R\$ 10.384,00
12	437865	FITA HOSPITALAR TIPO MICROPOROSA. MATERIAL DORSO EM NÃO TECIDO. COMPONENTES: ADESIVO ACRÍLICO. DIMENSÕES: CERCA DE 2,5 CM X 10 M. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HIPOALERGÊNICO, COM COR. ROLO COM 10 METROS. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	ROLO	16	R\$ 3,67	R\$ 58,72
13	279893	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA , MATERIAL EM POLIETILENO (PLÁSTICO), TIPO BICO BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TIPO TAMPA TAMPA EM ROSCA, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE 250 ML	UNIDADE	32	R\$ 3,67	R\$ 117,44
14	299594	GUARDANAPO DE PAPEL CREPADO LUXO, FOLHAS DUPLAS, 30 X 30	PACOTE	10	R\$ 1,47	R\$ 14,70

		CM. EMBALAGEM COM OS DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. PACOTE COM 50 UNIDADES.				
15	353076	GLICEROL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, INCOLOR, HIGROSCÓPICO, FÓRMULA QUÍMICA C3H8O3, PESO MOLECULAR 92,09, TEOR DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,5, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 56-81-5. FRASCO COM 1 LITRO.	LITRO	1	R\$ 27,68	R\$ 27,68
16	332349	INDICADOR BIOLÓGICO TESTE, UTILIZADO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. CAIXA COM 10 UNIDADES. EMBALAGEM COM OS DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. REGISTRO ANVISA.	CAIXA	27	R\$ 3,24	R\$ 87,48
17	383316	LIXEIRA, MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 14 LITROS, COR NEUTRA (PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REDONDA, COM PEDAL, APLICAÇÃO: COLETA DE LIXO.	UNIDADE	5	R\$ 28,58	R\$ 142,90
18	439210	LIXEIRA 30 LITROS COM TAMPÃO E PEDAL, MATERIAL POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, CAPACIDADE 30L, ALTURA 48 CM, LARGURA 42 CM, 32 CM DE PROFUNDIDADE, COR BRANCA. O MATERIAL DEVERA CONTER A MARCA DO FABRICANTE.	UN	18	R\$ 38,15	R\$ 686,70
19	269837	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO 8,0, TAMANHO E DIMENSÕES CONFORME PADRÃO NACIONAL NBR 13391, LÁTEX 100% NATURAL COM ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, COM BAINHA, HIPOALERGÊNICA, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURA UNIFORME, RESISTENTE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE ATENDER A RCD Nº 05 DE 15/02/2008, RDC 185 DE 2011, TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NÚMERO DO CA (CONFORME ESTABELECIDO PELA NR6-MINISTÉRIO DO TRABALHO). DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. PACOTE COM 01 PAR.	PAR	16	R\$ 1,46	R\$ 23,36
20	269947	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO 8,5, TAMANHO E DIMENSÕES CONFORME PADRÃO NACIONAL NBR 13391, LÁTEX 100% NATURAL COM ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, COM BAINHA, HIPOALERGÊNICA, FORMATO ANATÔMICO, TEXTURA UNIFORME, RESISTENTE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE ATENDER A RCD Nº 05 DE 15/02/2008, RDC 185 DE 2011, TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NÚMERO DO CA (CONFORME ESTABELECIDO PELA NR6-MINISTÉRIO DO TRABALHO). DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. PACOTE COM 01 PAR.	PAR	44	R\$ 1,36	R\$ 59,84
21	269892	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO - MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, MODELO FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO. CAIXA CONTENDO 50 PARES.	CAIXA	611	R\$ 27,10	R\$ 16.558,10
22	269893	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	90	R\$ 15,89	R\$ 1.430,10
23	387700	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, TIPO AMBIDESTRA, TIPO USO DESCARTÁVEL, MODELO FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇÃO. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	15	R\$ 16,13	R\$ 241,95
24	269891	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME. TAMANHO EXTRAPEQUENO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO ATÓXICA, TIPO AMBIDESTRA, USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO. CAIXA CONTENDO 100 PARES.	CAIXA	87	R\$ 15,65	R\$ 1.361,55
25	461350	MÁSCARA DESCARTÁVEL TRIPLA CAIXA C/ 50 UN	UN	50	R\$ 61,67	R\$ 3.083,50
26	399612	Máscara MULTIUSO, MATERIAL MANTA SINTÉTICA, TIPO USO DESCARTÁVEL, FINALIDADE PROTEÇÃO: QUÍMICA, POEIRA, NEVOA, FUMOS, METÁLICOS, TIPO CORREIA ELÁSTICO AJUSTE CABEÇA, TIRA MODULÁVEL AJUSTE NARIZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ELEMENTO FILTRANTE PFF1/SEMIFACIAL. CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA	CX	2	R\$ 3,44	R\$ 6,88
27	397905	MÁSCARA MULTIUSO - MATERIAL MANTA SINTÉTICA, TIPO USO DESCARTÁVEL, FINALIDADE PROTEÇÃO: QUÍMICA, POEIRA, NEVOA, FUMOS, METÁLICOS, TIPO CORREIA ELÁSTICO AJUSTE CABEÇA, TIRA MODULÁVEL AJUSTE NARIZ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ELEMENTO FILTRANTE PFF2/SEMIFACIAL. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) APROVAÇÃO (CA): 7956 E POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	252	R\$ 2,56	R\$ 645,12

28	399344	MáSCARA MULTIUSO, MATERIAL MANTA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO, TIPO USO DESCARTÁVEL, FINALIDADE PROTEÇÃO: ODOR, FULIGEM, GASES, VAPORES ORGÂNICOS, TAMANHO ÚNICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEMI-FACIAL, VALVULADA, CARVÃO ATIVADO, PFF3. CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA	CX	4	R\$ 2,33	R\$ 9,32
29	417321	MICROPIPETA MONOCANAL, VOLUME AJUSTÁVEL 20 A 200UL, COM EJETOR AUTOMÁTICO DE PONTEIRAS.	UN	2	R\$ 141,97	R\$ 283,94
30	408630	MICROPIPETA MONOCANAL, VOLUME AJUSTÁVEL 100 A 1000UL, COM EJETOR AUTOMATICO DE PONTEIRAS	UN	2	R\$ 108,11	R\$ 216,22
31	452811	MICROPIPETA MONOCANAL : VOLUME VARIÁVEL 5 A 50 UL. DEVE POSSUIR BOTAO PARA EJEÇÃO DA PONTEIRA E EJETOR EM AÇO INOXIDÁVEL . ACOMPANHADA DE SUPORTE PARA FIXAÇÃO DA MICROPIPETA NA BANCADA.	UN	2	R\$ 110,44	R\$ 220,88
32	450229	MICROPIPETA MONOCANAL,VOLUME AJUSTÁVEL 10 A 100UL, COM EJETOR AUTOMÁTICO DE PONTEIRAS.	UN	2	R\$ 93,00	R\$ 186,00
33	408631	MICROPIPETA 1000 A 5000 MICROLITROS MONOCANAL COM AJUSTE DE VOLUME; FAIXA DE VOLUME: 1000 A 5000 UL INCREMENTO: 0,02 UL PRECISÃO: 97,2,0% (EM 1000 UL) E 99,6% (EM 5000 UL) CONTROLE DE VOLUME, TANTO PARA OPERAÇÕES DE ASPIRAÇÃO QUANTO PARA DISPENSAÇÃO; AJUSTE DE VOLUME ATRAVÉS DO BOTÃO DE DISPENSAÇÃO E DO BOTÃO DE AJUSTE DE VOLUME LOCALIZADO NO CORPO DA PIPETA; VISOR DIGITAL (NÃO ELETRÔNICO), FORMATO ANATÔMICO, LEVE E ESTRUTURA TOTALMENTE EM PLÁSTICO ABS; PARTE INFERIOR É ROSQUEÁVEL E TOTALMENTE DESMONTÁVEL, PARTES AUTOCLAVADAS/ESTERILIZADAS; RESISTÊNCIA À ULTRA-VIOLETA; EJETOR AUTOMÁTICO DE PONTEIRAS COM CONFIGURAÇÃO UNIVERSAL , REMOVÍVEL; PISTÃO EM AÇO INOX; LUBRIFICAÇÃO, SE NECESSÁRIO PODERÁ SER LUBRIFICADA COM ÓLEO DE SILICONE NO PISTÃO, CÓDIGO DE CORES NAS HASTES PARA DIFERENCIAÇÃO DE VOLUMES.	UN	2	R\$ 131,25	R\$ 262,50
34	363744	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO POLICARBONATO, TIPO PROTEÇÃO LATERAL/FRONTAL, TIPO LENTE POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCO E ANTI-EM, COR LENTE INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTRA LUMINOSIDADE INTENSA, RAIOS ULTRAVIOLETA/IN. UN. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA	UN	122	R\$ 7,00	R\$ 854,00
35	313381	ÓCULOS PROTEÇÃO, MATERIAL ARMAÇÃO PVC TRANSPARENTE, TIPO PROTEÇÃO AMPLA VISÃO, TIPO AJUSTE HASTE TIRANTE EM ELÁSTICO PRETO, COR LENTE INCOLOR, APLICAÇÃO PROTEÇÃO GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SISTEMA VENTILAÇÃO DIRETA COMPOSTA DE 75 ORIFÍCIOS, MATERIAL LENTE POLICARBONATO. UN. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA	UNIDADE	50	R\$ 10,91	R\$ 545,50
36	284782	PAPEL AUTO-ADESIVO: MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: CONTACT, COR: INCOLOR, GRAMATURA: 60 G,M2, LARGURA: 460 MM, ACABAMENTO SUPERFICIAL: BRILHANTE, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE. ROLO COM 25 METROS.	ROLO	2	R\$ 33,92	R\$ 67,84
37	436328	PAPEL-TOALHA: FARDO CONTENDO PACOTES DE 200 (DUZENTAS) OU 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) FOLHAS CADA, TOTALIZANDO 1.000 (MIL) FOLHAS POR FARDO, DE PAPEL-TOALHA INTERFOLHADO, COM 01 (UMA) DOBRA AO MEIO, GOFRADO, BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS (Não RECICLADO), 100% (CEM PORCENTO) CELULOSE VIRGEM, OU 100% FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, OU 100% FIBRAS NATURAIS VIRGENS, MEDINDO 22 X 20 CM, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 01 (UM) CM A MAIS NA PRIMEIRA MEDIDA E DE ATÉ 03 (TRÊS) CENTÍMETROS A MAIS NA SEGUNDA. (MEDIDA MÍNIMA: 22 X 20 CM. MEDIDA MÁXIMA: 23 X 23 CM). - CADA PACOTE DE 200 (DUZENTAS) OU 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) FOLHAS DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO EM PLÁSTICO DE PROTEÇÃO, DEVIDAMENTE LACRADO. - Não SERÃO ACEITAS OUTRAS FORMAS DE EMPACOTAMENTO. - PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO. - AS MEDIDAS EXATAS, A ESPECIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PAPEL OFERTADO, A QUANTIDADE DE FOLHAS E O PRAZO DE VALIDADE DEVERÃO ESTAR IMPRESSOS NA EMBALAGEM. - JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR, POR SUA CONTA, LAUDO(S) DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E DE COMPOSIÇÃO DO PAPEL OFERTADO, MENCIONANDO INCLUSIVE A MARCA, EMITIDO(S) POR LABORATÓRIO(S) PARA O PRODUTO OFERTADO. O(S) LAUDO(S) DEVERÁ(ÃO) ESTAR LEGÍVEL(EIS) EM DOCUMENTO ORIGINAL OU CÓPIA LEGÍVEL AUTENTICADA EM CARTÓRIO. MARCAS SUGERIDAS: REALEZA (FABRICANTE SECCAR), MEDINDO 23 X 21 CM FABRICADO COM 100% CELULOSE VIRGEM (CÓDIGO DE BARRA 7898910167875); SOFT SCREEN, MEDINDO 22,5 X 21 CM, FABRICADO COM 100% CELULOSE VIRGEM (CÓDIGO DE BARRA 7898954131061); OFFICIAL PAPER, MEDINDO 23 X 21 CM, FABRICADO COM 100% CELULOSE VIRGEM	FARDO	4505	R\$ 8,42	R\$ 37.932,10

		(CÓDIGO DE BARRA 7898935617195), OU SIMILAR, DE CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS ACIMA. REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL “JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CASO A LICITANTE SEJA A FABRICANTE DO PAPEL OFERTADO, DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO REGULAR NO CTF/APP - CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS – IBAMA; CASO CONTRÁRIO, DEVERÁ APRESENTAR O CTF/APP DA EMPRESA FABRICANTE DO PAPEL, QUE FORNECEU OU FORNECERÁ A ELA (LICITANTE) O PAPEL PARA CORTE, EMBALAGEM E COMERCIALIZAÇÃO, OU APENAS PARA COMERCIALIZAÇÃO.” APRESENTAR AMOSTRA DE UM FARDO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO, INDEPENDENTE DA SUGESTÃO DE MARCAS. A ANÁLISE DA AMOSTRA SERÁ REALIZADA COM BASE NAS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ADEQUAÇÃO E CONFERÊNCIA COM O(S) LAUDO(S) E PROPOSTA APRESENTADO(S).				
38	345220	PROTETOR FACIAL, MATERIAL POLICARBONATO, COR INCOLOR, COMPRIMENTO 250, MATERIAL COROA PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COROA AJUSTÁVEL E ARTICULADA, TIPO FIXAÇÃO CARNIERIA REGULÁVEL POR CATRACA. UN. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA	UNIDADE	30	R\$ 29,97	R\$ 899,10
39	275484	PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MODELO KELLY, TIPO PONTA RETA, COMPRIMENTO 12,50, TIPO CABO COM TRAVA UN	UN	2	R\$ 34,41	R\$ 68,82
40	452542	TERMÔMETRO QUÍMICO -10 A 110°C, LABORATÓRIO, ENCHIMENTO LIQUIDO VERMELHO, DE VIDRO TRANSPARENTE, GRADUAÇÃO 1°C.	UN	2	R\$ 56,67	R\$ 113,34
41	454360	PISSETA 250ML EM POLIETILENO, TRANSPARENTE, GRADUADA, BICO CURVO.	UN	14	R\$ 5,31	R\$ 74,34
42	445400	SACO AUTOCLAVÁVEL 20 LITROS - FABRICADOS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), ESPESSURA: 0,06 MICRAS, DIMENSÕES: 40 X 60 CM, TRANSPARENTES, COM SIMBOLOGIA INFECTANTE. PACOTE CONTENDO 20 UNIDADES.	UNIDADE	25	R\$ 21,73	R\$ 543,25
43	415888	SABONETE LIQUIDO - PEROLADO, BRANCO, PH NEUTRO, VISCOSIDADE 2.000-4000CPS, ESSÊNCIA ERVA-DOCE, PRODUTO BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM DEVE CONTER OS DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, ESPECIFICAÇÕES DA COMPOSIÇÃO, CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS. A EMPRESA DEVERA APRESENTAR, LAUDO(S) DE IRRITABILIDADE DERMICA, MENSIONANDO INCLUSIVE A MARCA OFERTADA, EMITIDOS POR LABORATÓRIO(S) PARA O FABRICANTE DO PRODUTO. GALÃO DE 5 LITROS DE POLIPROPILENO, COM TAMPA DE ROSCA.	GALÃO	2	R\$ 24,90	R\$ 49,80
44	454716	SACO BRANCO LEITOSO - PARA DESCARTE DE LIXO INFECTADO, NÃO PERFURANTE. MEDIDAS 75 X 105 CM, CAPACIDADE 100 LITROS. PRODUZIDO E COMERCIALIZADO CONFORME LEI 8.078/90(CÓD. DO CONSUMIDOR), CONAMA 5 DE 05/08/93, NORMAS ABNT 7500 (SIMBOLOGIA) 9190 (CLASSIFICAÇÃO), 9191 (ESPECIFICAÇÃO) E A PORTARIA 543 DE 29/10/97 DA SVS/MS. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	888	R\$ 28,67	R\$ 25.458,96
45	454716	SACO PLASTICO PARA LIXO - DE POLIETILENO, NA COR PRETA, COM CAPACIDADE DE 60 LITROS. COMERCIALIZADO DE ACORDO COM A NBR 9190, NBR 9191.PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE	244	R\$ 20,59	R\$ 5.023,96
46	445400	SACO AUTOCLAVÁVEL 60L 60X80CM. PACOTE COM 20 UNIDADES	PACOTE	70	R\$ 34,00	R\$ 2.380,00
47	439727	SERINGA DESCARTÁVEL 3 ML COM AGULHA 25 X 7, ESTÉRIL, ATÓXICA E ANTIPIROGÊNICA, INDICADA PARA PROCEDIMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES. BICO TIPO LUER SLIP; PISTÃO - CONFECCIONADO EM TPE, ATÓXICO,"LATEX FREE".; EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E EM INVÓLUCRO APROPRIADO. DEVE ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS NBR E REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	20	R\$ 0,30	R\$ 6,00
48	268236	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, 500 ML, SISTEMA FECHADO. CLASSE TERAPÊUTICA: REPOSITORES HIDROELETROLÍTICOS. APRESENTAÇÃO: FRASCOS DE POLIETILENO DE 500 ML. COMPOSIÇÃO: CLORETO DE SÓDIO – 0,9G; VEÍCULO Q.S.P. - 100ML. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO: 24 MESES. FRASCO DE 500 ML.REGISTRO NA ANVISA.	UN	11	R\$ 3,85	R\$ 42,35
49	409649	SWAB, MATERIAL: HASTE PLÁSTICA, TIPO PONTA: PONTA EM RAYON, APRESENTAÇÃO : EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, TIPO DE USO: DESCARTÁVEL	UNIDADE	1000	R\$ 2,22	R\$ 2.220,00
50	441020	TERMÔMETRO PARA ESTUFA, ESCALA -10 A 260°C, USO LABORATÓRIO, VIDRO MERCÚRIO, GRADUAÇÃO 1°C.	UN	4	R\$ 87,09	R\$ 348,36
51	428616	TOUCA HOSPITALAR, MATERIAL : NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO: COM ELÁSTICO EM TODA VOLTA, COR : COM COR, GRAMATURA : CERCA DE 30 G,M2, TAMANHO : ÚNICO, TIPO USO : DESCARTÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL 01: HIPOALERGÊNICA, ATÓXICA, INODORA, UNISSEX. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	EMBALAGEM	30	R\$ 7,06	R\$ 211,80
52	455174	RACK PARA PONTEIRA DE 0,5 A 10UL CAPACIDADE 96 PONTEIRAS, TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL EM POLIPROPILENO	UN	28	R\$ 21,36	R\$ 598,08
53	446603	FITA HOSPITALAR, TIPO ESPARADRAPO, IMPERMEÁVEL, MATERIAL ALGODÃO, COMPONENTES ADESIVO À BASE DE ZINCO, DIMENSÕES	ROLO	11	R\$ 6,57	R\$ 72,27

		CERCA DE 10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS HIPOALERGÊNICO, COR COM COR. ROLO COM 4,5 METROS				
54	448496	REAGENTE PARA ISOLAMENTO DE RNA TOTAL OU ISOLAMENTO SIMULTÂNEO DE RNA, DNA E PROTEÍNA. DEVE PERMITIR: O ISOLAMENTO DE RNA, DNA E PROTEÍNA DA MESMA AMOSTRA, OFERECER CAPACIDADE DE LISE SUPERIOR, FORMULAÇÃO E PROTOCOLO OTIMIZADO PARA TECIDOS, CÉLULAS, SORO, VÍRUS E BACTÉRIAS. REFERÊNCIA: TRIZOL® REAGENT. FRASCOS CONTENDO 200 ML.	FRASCO	5	R\$ 2.114,06	R\$ 10.570,30
55	298208	TERMÔMETRO DE MÁXIMA E MÍNIMA -35+50°C DIV 1º TIPO CAPELA COM BOTÃO CENTRAL AUTOMÁTICO COM FUNÇÃO ZERADORA E MEMÓRIA. USO INTERNO E EXTERNO. DIMENSÃO 240X68X22MM, EM PLÁSTICO, ENCHIMENTO DE MERCÚRIO.	UN	7	R\$ 52,59	R\$ 368,13

2. JUSTIFICATIVA SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Dado o reconhecimento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e repercussões da pandemia ora enfrentada (Covid-19, causada pelo coronavírus), entende-se como urgente e inadiável a necessidade de adoção, por parte da Administração, de medidas preventivas em face do risco de contaminação de pessoas e ambientes.

2.2. A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados. A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções do seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários.

2.3. Tendo em vista a pandemia do novo corona vírus que assola várias nações, inclusive o Brasil, a UFVJM tem atuado no enfrentamento da doença e na conscientização sobre as ações de prevenção individual e coletivas. Paralelamente a estas ações, a UFVJM colocou à disposição do Governo de Minas Gerais a infraestrutura e conhecimento técnico-científico para auxiliar no diagnóstico do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que provoca a Covid-19. A Fundação Ezequiel Dias (Funed) publicou a habilitação de 19 laboratórios aptos a realizarem o diagnóstico para identificação da Covid-19, dentre eles, o Laboratório de Doenças Infecciosas e Parasitárias da UFVJM em Diamantina/MG e a realização de testes já está em andamento.

2.4. Por meio do Decreto nº 133, de 16 de março de 2020, o município de Diamantina encontra-se em estado de emergência em saúde pública. A prefeitura divulga diariamente em seu sítio oficial os boletins informativos trazendo à população o resumo dos casos suspeitos, confirmados e descartados. Percebe-se que é crescente o número de casos suspeitos e confirmados. Acresce, ainda, que a presente contratação encontra-se amparada também no Decreto Legislativo (PDL) nº 88/2020, que declara o estado de calamidade pública por causa da pandemia causada pelo novo coronavírus.

2.5. Neste sentido é necessária a contratação pública de insumos de forma emergencial para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com a Lei nº 13.979 de 2020, tanto para ações de proteção/enfrentamento quanto para dotar o laboratório de análises de itens complementares/subsidiários para continuidade da realização dos trabalhos de detecção, nos termos deste termo de referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, abrange a aquisição de bens conforme requisitos abaixo:

3.2. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

3.3. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

3.4. Para o fornecimento dos bens, objeto deste Termo, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

3.5. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

3.6. DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL: A contratação atende as diretrizes da Lei nº 13.979/20, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediato combate a pandemia coronavírus, bem como seguir alinhada aos padrões nacionais de aquisição para enfrentamento da calamidade.

3.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

3.8. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

3.9. A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento.

3.10. A proposta deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

3.11. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

3.12. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Tratam-se de bens comuns a serem contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fulcro no art. 4º-G da Lei nº 13.979/20

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Após finalização do processo de contratação direta, será emitida nota de empenho.

5.1.2. A nota de empenho será transmitida à empresa contratada via e-mail, devendo a empresa aceitá-la, desde que emitida dentro do prazo de validade de sua proposta.

5.1.3. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa contratada, implica no reconhecimento de que:

5.1.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

5.1.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no termo de referência e seus anexos;

5.1.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

5.1.4. A partir do aceite da Nota de Empenho a empresa deverá cumprir o prazo estabelecido neste termo de referência para entrega dos materiais.

5.1.5. Após recebimento definitivo dos materiais, a Contratante efetuará o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência;

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da Nota de Empenho à Contratada, em remessa única, no seguinte endereço: Campus JK, Divisão de Almoxarifado, BR 367, KM 583, nº 5000, Alto da Jacuba, Diamantina (MG), CEP 39100-000, das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 horas, em dias úteis.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. **DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Haja vista tratar-se da aquisição de itens para entrega imediata, nos termos do disposto no parágrafo 4º, art. 40, da Lei nº 8.666/93.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5.1. Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica,

com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 148.784,48 (cento e quarenta e oito mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

17.1. O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento da UFVJM. A Natureza da Despesa, Sub-elemento Despesa, Plano Interno (PI), Fonte do recurso e Programa Trabalho constarão nos autos do processo em certidão de disponibilidade orçamentária expedida pela PROPLAN/UFVJM.

Município de Diamantina, 05 de maio de 2020.

Prof. Dr. Lucas Franco Ferreira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação/UFVJM

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras- COVID-19
Atualização: Maio/2020



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Franco Ferreira, Pro-Reitor(a)**, em 06/06/2020, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109670** e o código CRC **45965C28**.